

# AMAZÔNIA: UMA VISÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA\*

*Se pude ver mais longe é porque trepei aos ombros de gigantes.*

Leibnitz

HERNANI GOULART FORTUNA  
Almirante-de-Esquadra (Ref<sup>o</sup>)

---

## SUMÁRIO

|                                              |
|----------------------------------------------|
| Introdução                                   |
| A Inserção amazônica                         |
| <i>Questões de fronteira</i>                 |
| <i>Os blocos hegemônicos</i>                 |
| <i>Concepção política dos Estados Unidos</i> |
| <i>Uma manobra geopolítica</i>               |
| <i>Reservas indígenas</i>                    |
| <i>O Projeto SIPAM</i>                       |
| As vocações da Amazônia                      |
| <i>A reserva florestal</i>                   |
| <i>A vocação energética</i>                  |
| <i>A vocação mineral</i>                     |
| <i>A piscicultura</i>                        |
| <i>A vocação turística</i>                   |
| <i>O transporte aquaviário</i>               |
| <i>O regime de chuvas</i>                    |
| <i>A reserva de água doce</i>                |
| Conclusão                                    |

## INTRODUÇÃO

O final do século XX assistiu a acontecimentos inimagináveis para um analista

da história que tivesse prospectado um cenário conservador para a compatibilidade de interesses e o equilíbrio de poderes de um mundo bipolar que parecia cristalizado

---

\* N.R.: Ver também "Amazônia para quem não a conhece" na RMB 2º trim/2003, págs. 81 a 93.

no início da década de 1980. Dentre esses acontecimentos, podemos distinguir:

- a invasão do Panamá e o isolamento de Cuba na América Central;

- a queda do Muro de Berlim, com a autonomia e a libertação dos países do leste europeu;

- o fracionamento dos Bálcãs e a independência dos países que integravam a antiga Iugoslávia;

- a invasão do Kuwait pelo Iraque e a Guerra do Golfo;

- o desmembramento do Império Soviético e a criação da Comunidade dos Estados Independentes;

- a reafirmação política da China, com taxas de crescimento que se respaldam em impactos tecnológicos produtivos e de agressiva abertura competitiva;

- a convulsão da África Subsaariana, fruto de uma divisão política, imposta pelos antigos colonizadores, que resultou em conflitos tribais, atrasando seu desenvolvimento econômico;

- a busca da América do Sul em superar sua dependência de poupança externa e alterar sua condição de importadora de tecnologia e exportadora de matérias-primas de baixo valor agregado;

- o surgimento de Estados-Nação onde se fortalece o nacionalismo das etnias em busca da afirmação de identidades; e

- a reafirmação dos Estados Unidos da América em sua condição de potência hegemônica num ambiente de economia globalizada.

Os conceitos de Poder, Política, Estratégia e Objetivos são agora mais amplos e

sofisticados, num novo ordenamento internacional, estabelecendo mecanismos de proteção que privilegiam os países desenvolvidos do hemisfério norte, congregando 85% da riqueza de um mundo globalizado, em detrimento daqueles que, no hemisfério sul, usufruem apenas de 15% da riqueza gerada no planeta. (Relatório Anual do PNUD, 1999)

## A INSERÇÃO AMAZÔNICA

### **Os países desenvolvidos do hemisfério norte congregam 85% da riqueza de um mundo globalizado, em detrimento daqueles que, no hemisfério sul, usufruem apenas de 15% da riqueza gerada no planeta**

(Relatório Anual do PNUD, 1999)

A posição geográfica do Brasil no continente sul-americano resulta em uma fronteira terrestre que interage com dez países e em uma fronteira marítima com mais de 4 mil milhas de extensão. Nesse contexto, vamos focar a Amazônia e seus aspectos mais importantes no que diz respeito aos interesses brasileiros e à soberania nacional.

Assim, discutiremos a Amazônia brasileira, com sua área de 4 milhões de km<sup>2</sup>, sua projeção na plataforma continental, que pode atingir até 350 milhas, em face das peculiaridades do cone amazônico, distinguindo-se de imediato uma área marítima e uma área fluvial onde influências políticas e estratégicas desdobram-se em um cenário único no mundo que interage com a maior floresta tropical do planeta em aspectos de biodiversidade, província mineral privilegiada, vocação energética invejável e reservas de água doce não comparáveis a quaisquer outras fora das calotas polares.

Dessa forma, não é difícil distinguir os aspectos de natureza político-estratégica



que essa Amazônia possa representar para seu desenvolvimento, segurança e definitiva integração ao restante do território nacional.

Pretendemos, assim, apresentar algumas considerações e subsídios a uma questão que desafia a nação brasileira, dona de um patrimônio valioso demais, porque, em suas peculiaridades, é único no mundo e não admite soluções que não sejam encontradas dentro das fronteiras nacionais.

No Tratado de Madri e no Tratado de Santo Ildefonso, ambos assinados na segunda metade do século XVIII, foram obtidas as condições que ratificaram interesses, violações e pré-condições para que o gênio do Barão de Rio-Branco emoldurasse a Amazônia no contexto do território nacional, desde a questão acreana, na Amazônia Ocidental, até a neutralização de contenciosos com as três Guianas, na Amazônia Oriental, o que tornou o Brasil eminentemente amazônico, por determinismo geográfico.

A esses aspectos seguiram-se períodos de esquecimento do significado verdadeiro da importância da Amazônia para a grande Nação brasileira. Essa situação era compreendida por aspectos de significado efêmero, como o ciclo da borracha, que, embora tivesse despertado o interesse europeu e o norte-americano, não conseguiu superar o isolamento que o fator distância determinava nas decisões nacionais, sem informações adequadas e, portanto, sem o conhecimento da realidade.

A tentativa de estabelecer pólos de influência política e econômica na Amazônia por países estrangeiros foi fruto da presença norte-americana em Fordlândia, na

década de 1940 e, posteriormente, com o Projeto Jari, na década de 1970. Em ambas as situações, houve reversões de expectativa da fixação americana, com o retorno à soberania brasileira.

Assim, a presença de tropas americanas em Belém e Manaus, durante a Segunda Guerra Mundial, pode ser considerada como a de um país aliado, combatendo inimigos comuns, o que, de certa forma, trouxe benefícios que se desdobraram num processo de desenvolvimento econômico e tecnológico para a região.

Projetos importantes tiveram lugar na Amazônia, no período de 1965 a 1975, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí; a des-

coberta e o desenvolvimento da província mineral de Carajás; a construção do complexo ferro-portuário Carajás-Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos; a construção do projeto Alumar, em São Luís do Maranhão; a construção do projeto Albrás-Alunorte, em

Barcarena, no Pará; a extração de bauxita na Mineração Rio do Norte, no Rio Trombetas e a reorientação do Projeto Jari para a produção de caulim e celulose branqueada, entre o Pará e o Amapá.

Esses empreendimentos, de forma direta ou indireta, foram resultado do célebre Projeto Radam (Radar da Amazônia), que permitiu o primeiro inventário, em bases científicas, da superfície e do subsolo da imensa região amazônica, na década de 1970.

Se os aspectos de desenvolvimento estavam sendo atendidos, o mesmo não se aplicava aos requisitos de segurança. Os contenciosos existentes, todos com desdobramentos na região, são, até hoje, motivo de preocupação permanente com a se-

---

## A Amazônia é um patrimônio único no mundo e não admite soluções que não sejam encontradas dentro das fronteiras nacionais

---



gurança amazônica e, portanto, com a segurança nacional.

### *Questões da fronteira*

Estamos falando das questões de fronteiras entre o Suriname e a Guiana; entre a Guiana e a Venezuela, pela bacia do Essequibo; entre a Venezuela e a Colômbia, no golfo da Venezuela; entre o Peru e o Equador, em que o Brasil é mediador; entre o Chile, o Peru e a Bolívia, quando perdas importantes foram sofridas pelos dois últimos países na Guerra do Pacífico, o que custou ao Peru a privação de seus territórios ao norte, em Arica, e à Bolívia a sua saída para o mar, além de reivindicações importantes, resultado de questões não resolvidas após a Guerra do Chaco com o Paraguai.

A grave situação da Colômbia, que vive uma crise institucional sem precedentes, onde o Estado de direito é contestado pelo Estado

de fato, que obedece ao narcotráfico e ao contrabando de armas, desdobra esse conflito em pleno território amazônico-brasileiro.

Retornando aos aspectos de segurança, não poderíamos deixar de mencionar a **peculiaridade da fronteira** com a Guiana Francesa, no Estado do Amapá.

**Primeiro** por não se tratar a Guiana de um Estado soberano, mas de uma extensão da França onde a Base Aeroespacial de Kourou, em Caiena, lança satélites franceses e brasileiros.

**Segundo** porque existe uma articulação estratégica entre Caiena-Fort de France (Martinica) e Pointe-à-Pitre (Guadalupe) projetando a influência político-estratégica da França no Atlântico e no Caribe.

**Terceiro** porque a presença de um Comando Militar Combinado nesse eixo, inclusive com a presença de uma Brigada de Selva na Guiana, interage com os interesses brasileiros na região.

Na verdade, a fronteira do Brasil com a Guiana é maior que qualquer outra do território metropolitano francês com qualquer país da Europa.

Recentemente, a Marinha brasileira contribuiu decisivamente para a demarcação definitiva de fronteiras na região do Oiapoque, no Amapá.

Por outro lado, a perspectiva de uma saída para o Pacífico encontra na Amazônia

a mais concreta possibilidade de sua realização, mais precisamente através da Amazônia Ocidental, alcançando os portos peruanos de Callao, Ilo e Matarani, assegurando ao Brasil uma posição estratégica de maior estatura no contexto do continente sul-americano, con-

cretizando uma formação bioceânica para os eixos de comunicação nacional, limitados, hoje, às saídas tradicionais para o Atlântico.

A Amazônia não está, portanto, imersa em uma atmosfera de tranquilidade, o que vem exigindo uma preocupação constante do Brasil para manter sua integridade e prover sua segurança.

Esse foi o propósito que levou à criação do projeto Calha Norte, estabelecendo um arco de presença e proteção desde Tabatinga até Macapá. Entretanto, aquilo que seria a presença de órgãos federais, como Ministério da Saúde, Funai, Polícia Federal, Ibama, dentre outros, limitou-se à presença de pequenos efetivos do Exército.

---

## A Alca é um ensaio para que os Estados Unidos possam aplicar suas leis, extraterritorialmente, sob pretexto de uma convergência de valores e liberalização comercial

---



to em pelotões de fronteiras, selecionados em locais onde a logística era provida pelos quartéis construídos e pelas pistas de pouso para receber os aviões da FAB.

Com o fim da guerra fria e do confronto leste-oeste, os Estados Unidos da América emergiram como a única superpotência do planeta, alterando profundamente o equilíbrio existente no mundo bipolar.

### *Os blocos hegemônicos*

Aspectos de natureza científica, tecnológica, econômica e militar determinaram a formação de blocos hegemônicos, todos no hemisfério norte.

Estamos falando do Nafta (Estados Unidos, Canadá e México), ensaio da Alca para que os Estados Unidos possam aplicar suas leis, extraterritorialmente, sob pretexto de uma convergência de valores e liberalização comercial; da União Européia, com sua nova estrutura de segurança multilateral e intergovernamental; e dos países do Sudeste Asiático, onde o exemplo do Japão estimulou desenvolvimentos econômicos e tecnológicos que surpreenderam o Ocidente, após o término das guerras da Coreia e do Vietnã.

Esses blocos hegemônicos passaram a discutir uma gama de assuntos que afligem os países do hemisfério sul ou emergentes, como sejam, a ecologia e a preservação dos ecossistemas, o emprego da energia nuclear, as transferências de tecnologia, as migrações indesejáveis no fluxo sul-norte e a alteração do papel das Forças Armadas, que desejam ver reorientadas para questões como o combate ao narcotráfico, ao terrorismo e ao contrabando de armas, congelando seus níveis de poder atuais e dificultando qualquer tentativa de dissuasão, a nível regional ou continental, que possa, eventualmente, sobrepor-se às decisões emanadas

de órgãos internacionais, como a ONU, ou de defesa coletiva, como a OTAN.

### *Concepção política dos Estados Unidos*

Aspectos da Concepção Política e do Conceito Estratégico dos EUA, emanados, em 1995, pela Casa Branca e pela Chefia do Estado-Maior Conjunto, permitem identificar os seguintes corolários:

- O mundo pós-guerra fria continua sendo um lugar perigoso.

- O conflito é, assim, inevitável, e torna-se altamente improvável que instituições internacionais possam restringir a tendência da humanidade para a violência.

- Nenhuma Força Singular isolada incorpora todas as capacidades que são necessárias para responder a qualquer situação de crise.

- Rivalidades étnicas, nacionais e religiosas não estão sob o controle de uma hierarquia bipolar.

- A proliferação de armas de destruição em massa é a grande ameaça.

- A existência de refugiados, fruto de conflitos de guerra civil, pressiona a comunidade internacional.

- O combate às drogas e ao terrorismo é uma preocupação da estratégia nacional dos Estados Unidos.

- A preservação dos ecossistemas é fundamental para o equilíbrio das necessidades globais da atual população mundial.

Esse prisma de observação, do ponto de vista dos países do Primeiro Mundo é mais preocupante quando focado na peculiaridade amazônica, onde coexistem 19 mil km de vias navegáveis, a maior província mineral do planeta, um potencial energético de mais de 100 milhões de kW, um banco de germoplasma e uma biodiversidade incomparáveis, convivendo com a maior floresta tropical do mundo e com reservas de hidrocarbonetos ainda em fase de delimitações.



### *Uma manobra geopolítica*

Uma manobra geopolítica contribuiria, sobremaneira, para neutralizar os verdadeiros propósitos da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) quando os Estados Unidos consolidariam sua hegemonia política, econômica, militar e tecnológica, em todo o continente americano (norte, centro e sul) fragmentando toda e qualquer liderança emergente, regional, subcontinental ou continental onde o Brasil seria o *pivot* mais prejudicado, em face de suas reais possibilidades geoestratégicas.

Um escudo protetor que interagisse de forma política e econômica no continente sul-americano, a partir dos Blocos Regionais já existentes, tendo com centro gravitacional estratégico o Brasil, seria de fácil implementação caso existisse vontade política para a consecução desse propósito. Esse escudo nada mais seria que a consolidação dinamizada do Mercosul, do Pacto Andino e do Pacto Amazônico.

Um capítulo à parte nessa manobra é a atração do Chile para o Mercosul e para o Pacto Andino, pois sua posição geográfica no continente sul-americano e no Pacífico, da Patagônia a Arica, tem imenso valor estratégico.

Estaríamos, assim, revivendo a Doutrina Monroe, apenas, com a assertiva original modificada, ou seja, *América do Sul para os sul-americanos*.

Mais uma vez abre-se uma real oportunidade para a integração da Amazônia, utilizando-se aqui a Declaração da Carta de Belém, em 23 e 24 de outubro de 1980, onde era objetivo do *Tratado de Cooperação Amazônica*, criar, através da união de esforços de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mediante o mecanismo permanente instituído no Tratado, modalidades de cooperação e intercâmbio de informações, visan-

do a acelerar o desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos territórios amazônicos, preservar seus recursos naturais e reforçar as ações previstas nos planos nacionais correspondentes.

O primeiro artigo da Declaração de Belém anunciava todo um programa de desenvolvimento para a região amazônica, acenando para a possibilidade de que os países amazônicos viessem, finalmente, a unir-se num projeto regional comum, visando ao progresso econômico e social e à proteção e defesa da soberania desses países sobre a mais vasta bacia hidrográfica do planeta.

Nessa mesma época, instaurou-se nas altas esferas da elite governamental americana e européia a idéia de que se deveria limitar o crescimento das nações, sobretudo, aquelas que haviam recém iniciado o ciclo de industrialização, sob o pretexto de que o planeta Terra constituía-se num único ecossistema e que o processo de desenvolvimento industrial ameaçava o equilíbrio desse sistema pelo consumo excessivo dos recursos não renováveis, gerando sua breve exaustão.

Essa visão limitadora do crescimento econômico trouxe mudanças radicais à concepção dos organismos multilaterais destinados ao financiamento e auxílio às economias em desenvolvimento.

A face oculta dessa concepção era que os países desenvolvidos já haviam ultrapassado essas limitações quando a revolução industrial do século XIX, feita à base do ferro, do carvão e da máquina a vapor, permitiu que o Império Britânico e, depois, Alemanha, o Japão e os Estados Unidos estabelecessem as bases de uma economia industrial em escala, sem nenhum controle ou compreensão do que seria um desenvolvimento sustentado que, agora, querem impor aos demais países periféricos, tendo a ONU, o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e as Organiza-



ções Não Governamentais, como poderosos aliados com acesso pleno aos meios financeiros e à mídia internacional.

Assim, o desenvolvimento foi contido e amplas áreas dos países, sobretudo da região amazônica, foram transformadas em reservas destinadas à conservação da fauna e da flora, ditas raras, onde a presença de comunidades indígenas e daqueles que se dizem responsáveis por suas novas catequeses procura dissimular o verdadeiro potencial das vocações da Amazônia.

Aos países do Tratado de Cooperação Amazônica caberá rechaçar os aspectos mais desagradáveis da chamada *globalização*, tais como: contestação de soberania, perda de identidade nacional, emergência de comportamentos desestabilizadores, eclosão de conflitos étnicos, raciais e religiosos e o crescimento do narcotráfico e do crime organizado.

### *Reservas indígenas*

Não bastassem essas preocupações, existem desdobramentos nas áreas de reservas indígenas, onde a questão da tribo Ianomâmi foi a mais polêmica de todas, pelo fato de não respeitar as peculiaridades de um subsolo não conhecido, bem como a faixa de fronteiras, estendendo-se além do território nacional, dificultando a preservação da segurança em áreas de difícil acesso, porém de grandes vulnerabilidades para ações de violações de limites geográficos, da prática de narcotráfico e de contrabando de minérios.

Assim, quando o governo brasileiro delimitou as reservas Ianomâmis, verificou-se que cerca de 10 mil indígenas ocupariam uma área de mais de 9 milhões de hectares, sem que o inventário do seu subsolo fosse conhecido em sua totalidade.

Estamos falando de mil hectares para cada índio, valor esse que nenhum plano de reforma agrária ousaria apresentar à sociedade brasileira.

O trabalho pouco divulgado das missões religiosas estrangeiras, dedicadas à catequese indígena, com tarefas e missões definidas no exterior, também é motivo de preocupação, em face da possibilidade de ser, eventualmente, exigida a autonomia de nações tribais dentro do próprio território nacional.

Das 532 reservas catalogadas pela Funai, 358 estão na Amazônia, sendo que 50% ainda não foram demarcadas; a tribo mais numerosa é a dos Tikunas, no alto Solimões, com 14 mil índios.

As reservas indígenas brasileiras envolvem, hoje, cerca de 200 mil índios, e, aqui, estamos tratando de algo que, pelas suas dimensões, abrange 11% do território nacional. (*vide item 5 da bibliografia*)

Essas são preocupações que, sem dúvida, afetam a consecução de um objetivo nacional permanente, que é a integridade do patrimônio nacional brasileiro.

### *O Projeto Sipam\**

O projeto Calha Norte dos anos 80 está sendo substituído pelo Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), que abrange o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

O Sivam, baseado em informações via satélite, foi profundamente prejudicado, em face da privatização da Embratel, que transferiu para empresas estrangeiras o monopólio de informações classificadas que detinha em seu acervo e que permitiam o conhecimento de uma realidade preciosa para os interesses nacionais.

Retornando ao Sivam, podemos defini-lo como um instrumento de viabilidade de ações estratégicas, a cargo do governo federal, den-

\* N.R.: Ver também "O que é o SIVAM" na RMB 29/00, página 137.

tro de um conceito sistêmico cujos elos são os órgãos governamentais que tenham como objetivo integrar, avaliar e difundir informações e conhecimentos para a defesa, o desenvolvimento e a integração da Amazônia ao restante do território nacional.

Apesar dos óbices gerados pela privatização da Embratel, espera-se que o Sivam possa realizar aquilo que não foi possível alcançar com o Projeto Calha Norte, distorcido por incompreensões ideológicas e político-partidárias que o acusaram de ser um projeto de militarização da região.

## AS VOCAÇÕES DA AMAZÔNIA

### *A reserva florestal*

Retornando às vocações da região amazônica, verifica-se, num breve bosquejo, que, apesar de tratar-se de um cenário que contém 33% da reserva florestal latifoliada do globo, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) classifica como floresta densa 50% do território; como floresta aberta 30%; como mata de várzea 4%, existindo, ainda, 16% de áreas não florestadas constituídas por campos de várzea, campos de terra firme e manchas férteis. A propósito, existem manchas de terra fértil em toda a região amazônica, cabendo destacar as extensões existentes entre os rios Tapajós e Xingu, onde já se encontra expressiva atividade agrícola em terra roxa de qualidade similar às existentes no território paulista e que estão aptas à produção de cacau.

### *A vocação energética*

A vocação energética é inegável quando só a margem direita do Amazonas tem um potencial estimado em 100 milhões de quilowatts e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, destinada a ser a maior

usina hidrelétrica genuinamente nacional, é um exemplo vivo dessa assertiva. Além desse aspecto, existem as reservas, não delimitadas, de hidrocarbonetos, de urânio natural, estimado em 2% das reservas mundiais, e de tório, cujas reservas domésticas chegam a 30% do que existe na Terra. Quanto às biomassas, combustíveis vegetais de alto custo de mão-de-obra e baixa demanda de capitais, o seu aproveitamento é apenas uma questão de tecnologia.

### *A vocação mineral*

A vocação mineral não admite discussão porque estamos falando da maior província mineral do planeta, onde o escudo guianense e o escudo brasileiro foram definidos no arqueozóico, encerrando seis expressivas províncias minerais de valores aproximadamente iguais, embora diferentes em suas dotações.

A mais conhecida de todos os brasileiros, a de Carajás, é a província de maior grau de polimerização do planeta, com 20 bilhões de toneladas de minério de ferro com teor de 60%; 1 bilhão de toneladas de cobre a 1%; 150 milhões de níquel a 1,5%; manganês, estanho, chumbo, zinco, molibdênio, tungstênio, cromo, prata, ouro, alumínio e amianto. (*vide item 4 da bibliografia*)

### *A piscicultura*

A piscicultura, em face das peculiaridades da região, onde a maior bacia hidrográfica do globo interage com o maior rio do planeta e com uma bacia sedimentar costeira, acompanhando o litoral e projetando-se mar adentro, sob a forma de plataforma continental, é outra vocação importante da região amazônica, para satisfazer às necessidades de uma população carente de proteína animal.



### *A vocação turística*

Todas essas vocações naturais da região amazônica concorrem, indubitavelmente, para que se possa identificar a vocação turística para a região, sem prejuízo de ser considerada a presença do maior banco de germoplasma do mundo, acompanhada de uma biodiversidade cuja riqueza, também, não tem paralelo no planeta.

Essa situação excepcional deveu-se, provavelmente, a um comportamento da floresta equatorial, ao longo das idades glaciais, quando, ao avanço das geleiras, as comunidades bióticas resguardavam-se e, posteriormente, reapresentavam-se, ora com suas propriedades orgânicas restabelecidas, ora tornando-se aptas para novas combinações.

Assim, é possível que todas as patologias ou disfunções orgânicas do planeta Terra tenham a possibilidade de encontrar solução no refúgio da biodiversidade amazônica.

### *O transporte aquaviário*

Em uma região onde a estrada é, normalmente, o rio, os eixos de desenvolvimento estão intimamente ligados ao transporte aquaviário. Não é sem motivo que a maioria dos projetos da região só foram viabilizados pela logística desse tipo de transporte.

Assim foi com o projeto da Mineração Rio do Norte, onde o Rio Trombetas recebe navios de até 50.000TPB; com o Projeto Jari, onde o porto de Munguba recebe navios de 35.000TPB; com o projeto Albrás/Alunorte, quando, no porto de Barcarena, atracam navios de 50.000TPB; com o projeto Alumar e Carajás/Ponta da Madeira, no Maranhão,

onde a Baía de São Marcos pode receber os maiores graneleiros do mundo.

A calha principal do Solimões/Amazonas, escoando a produção dos poços da província de hidrocarbonetos, em Urucu, na confluência dos rios Tefé e Coari, é responsável pelo abastecimento completo da refinaria de Manaus e pela perspectiva de geração de energia e produção de fertilizantes pelos excelentes níveis de gás natural existentes, sem prejuízo de novas descobertas na bacia do Rio Juruá, a 3.200 milhas de Belém, por via fluvial, distância essa superior àquela que une Recife a Gibraltar.

Verifica-se, dessa forma, que, na área fluvial e marítima da região amazônica, convivem a navegação de longo curso, como um instrumento do comércio exterior, a nave-

gação de cabotagem, como uma solução para os problemas de logística nacional, e a navegação interior, aproximando os centros de consumo e de produção, reduzindo custos e contribuindo para a concretização de uma demanda que acelera os aspectos de

desenvolvimento da região.

### *O regime de chuvas*

Para uma área onde o regime de chuvas alcança, não raro, cerca de quatro metros em diversos lugares, a construção e a manutenção de rodovias são extremamente problemáticas e custosas, o que privilegia a importância das vias fluviais indestrutíveis, e com dificuldades restritas a regime de cheias, balizamento e sinalização.

Assim, após tentativas infrutíferas para construir-se a rodovia Porto Velho-Manaus, a linha de comunicação principal que serve

---

## **O Brasil não tem um contencioso definido nem problemas de fronteiras, porém continua a apresentar problemas nas fronteiras**

---



à região é o Rio Madeira, que transporta, inclusive, todo o combustível líquido da refinaria de Manaus para Porto Velho.

A rodovia Cuiabá-Porto Velho e o Rio Madeira estão, hoje, integrando a região produtora do Estado de Mato Grosso ao porto de Itacoatiara, na divisa dos estados do Amazonas e do Pará, permitindo uma redução expressiva dos custos do transporte de grãos para consumidores estrangeiros e brasileiros. A indústria Maggi está presente nessa via de escoamento.

### *A reserva de água doce*

Não poderíamos deixar de discutir um problema que afeta, sobremaneira, a Amazônia, em face de seus desdobramentos, a nível internacional, que é a questão de disponibilidade de água doce no mundo.

A revista *Industry and Environment*, da ONU, trata do assunto num tom preocupante. A Terra dispõe de 1.400 milhões de quilômetros cúbicos de água. Desse total, 97% constituem-se de água salgada, distribuída entre os oceanos e os mares. Os 3% restantes têm 77% congelados nas calotas polares e 22% são águas subterrâneas. O total disponível de água doce superficial é pouco mais de 1% e, segundo o relatório da ONU, essa quantidade seria suficiente para atender às necessidades humanas atuais e futuras. Ocorre que o problema existente é a desigualdade na distribuição desse potencial hídrico.

Os 15 maiores rios do mundo respondem por uma terça parte do caudal total existente na superfície do planeta e, desses grandes rios, o Amazonas é responsável por 15% desse total. O problema da água é tão importante que, no dossiê da "Água da Europa", a primeira frase afirma: "A Comunidade Européia não pode desinteressar-se dos problemas da água". (vide item I da bibliografia)

Podemos concluir que, no mundo, a posse de recursos hídricos traz consigo uma forte possibilidade de geração de conflitos, mormente na Amazônia, que responde pelo maior caudal existente no planeta, traçando uma nova e explosiva geopolítica entre os que têm água e os que lutam por conseguí-la.

### CONCLUSÃO

Os interesses nacionais e os objetivos estratégicos da Nação brasileira foram identificados e definidos, com rara felicidade por José Bonifácio, logo após a independência, e explicitavam-se na preservação da nova condição política, na fixação das novas fronteiras e no desenvolvimento econômico, através da participação no comércio internacional. A lucidez de José Bonifácio levou à criação imediata dos ministérios da Justiça e da Marinha, visando à integridade do patrimônio nacional, onde a Amazônia já preocupava o poder central pelo seu isolamento e distância.

O Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso, que ratificaram todas as violações do Tratado de Tordesilhas, asseguraram ao Brasil sua forma triangular e amazônica, por excelência, fruto de um determinismo geográfico que concentra nessa região mais de 4 milhões de km<sup>2</sup> de território nacional.

Apesar dessa peculiaridade, a Amazônia é uma região praticamente virgem, pois somente cerca de 8% de sua superfície são fruto de ação antrópica, ou seja, alteração devida à ação do homem.

O continente sul-americano continua pleno de contenciosos, e os mais importantes situam-se entre a Venezuela e a Guiana pelo posse da bacia do Essequibo; entre a Venezuela e a Colômbia pelo litígio do Golfo da Venezuela; entre o Peru e o Equador no altiplano andino; entre Chile, Peru e Bolívia



pela Guerra do Pacífico, quando a Bolívia perdeu sua saída para o mar e o Peru os territórios que estão, hoje, na região norte chilena; e entre Bolívia e Paraguai, onde ainda existem resíduos gerados pela Guerra do Chaco. Todos esses contenciosos apresentaram desdobramentos na região amazônica.

O Brasil não tem um contencioso definido nem problemas **de** fronteiras, porém, continua a apresentar problemas **nas** fronteiras. A Amazônia brasileira, com seu imenso arco setentrional desde Tabatinga, na fronteira com a Colômbia, até o Amapá, na fronteira com a Guiana, apresenta uma vulnerabilidade apreciável às questões do narcotráfico, guerrilhas ideológicas e contrabando de armas, que se desdobram a partir dos países vizinhos para o território brasileiro.

Outras questões, como a demarcação de terras indígenas, preservação ambiental, biodiversidade, províncias minerais extremamente nobres, elevada reserva de água doce e grande potencial energético, determinam uma preocupação constante com o espaço amazônico, onde os sistemas de proteção e vigilância, ora em implementação, têm vícios na origem de suas concepções, já que a satelização desses sistemas deixou de ser monopólio nacional pela privatização da Embratel e os vetores avançados de sensoramento ainda buscam uma interação adequada com as plataformas onde serão instalados.

As vocações já identificadas, como a mineral, a agrícola, a energética, a turística e a piscicultura, com sua fonte de proteína animal, devem ser fruto de interações entre governo e empresas, onde a visão sistêmica dos projetos permita que eixos de desenvolvimento substituam conceitos ultrapassados de pólos de irradiação.

Dessa forma, será possível que a energia, a logística e a telemática (telecomunicações + informática) estejam presentes nesses eixos de desenvolvimento.

Se quisermos preservar o direito da Nação brasileira de promover o progresso sem angústias e incertezas, livre do arbítrio daqueles que se julgam com o direito de policiar nossas atividades, não temos dúvida em afirmar que a região amazônica constituiu-se em uma questão prioritária para a soberania nacional.

Assim, a Política de Defesa Nacional não poderá ignorar que a Amazônia tem peculiaridades que exigem ações especiais para sua preservação e segurança.

Não bastassem essas preocupações, existem desdobramentos nas áreas de reservas indígenas, onde a questão Yanomâmi foi a mais polêmica de todas, pelo fato de ignorar o conhecimento do teor do subsolo, abaixo das reservas concedidas, dificultando a detecção de minerais nobres e a preservação da segurança em áreas de difícil acesso e grandes vulnerabilidades, para ações de violação de fronteiras, da prática do narcotráfico e do contrabando de minérios.

Hipóteses de conflitos precisam ser identificadas e explicitadas à luz de fatores como consolidação e vivificação de fronteiras, patrimônio da humanidade, internacionalização, biodiversidade, pulmão do mundo, fonte inesgotável de água doce e outros que possam justificar tentativas de monitoramento ou limitação da plena soberania nacional em solucionar a grande questão da Amazônia brasileira, que esperamos ver desenvolvida e definitivamente integrada ao restante do território nacional.

Não há dúvida de que, dentro desse contexto, o perigo maior para a região amazônica consiste, exatamente, em permanecer como uma reserva de bens, aguardando uma crescente pressão externa sob a forma de um impulso à fragmentação do seu espaço.

Dessa forma, o Tratado de Cooperação Amazônico será obrigado a pensar em formas de avançar nas tentativas de ocupa-

ção do espaço amazônico e de impulsionar os seus integrantes à cooperação para o desenvolvimento regional. Esse avanço, se delineado numa bem urdida manobra geopolítica, elevará, em curto e médio prazo, o potencial dos países da região, transformando-os no pólo sul-americano parceiro, e não coadjuvante, da economia mundial.

Assim, quando se observa a conjuntura internacional, com as ameaças e oportunidades que encerra, cada vez mais aparece, claramente, que a problemática do desenvolvimento regional dos países do Tratado e dos demais países sul-americanos tem em seu cerne a questão amazônica. Se for obtida a correta identificação e solução desses problemas, sem dúvida crescerão as implicações de segurança e defesa.

Essas questões de segurança e defesa deverão ser alicerçadas em capacidade de dissuasão, demonstrando a possíveis agressores uma vontade política de lutar, aliada à capacidade de oferecer uma longa

resistência que exigirá do eventual agressor um preço por demais elevado em vidas humanas e em recursos logísticos.

Dessa forma, a defesa e a segurança da Amazônia revestem-se de um caráter de centralidade no planejamento estratégico dos países que integram o Tratado de Cooperação Amazônico, exigindo a criação de uma zona de desenvolvimento e prosperidade que venha a ser suficientemente forte para subsistir a ações desestabilizadoras impostas por interesses de blocos ou terceiras potências estimuladas por sensações incontroláveis de submissão ou conquista da região.

Afinal, estamos falando de metade do território brasileiro, da maior província mineral do planeta, da maior floresta latifoliada do globo, dotada de uma biodiversidade inigualável, dona do maior banco de germoplasma do planeta, abrigando uma expressiva parcela da matriz energética nacional e projetando os interesses brasileiros no Atlântico e no Caribe.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:  
<ÁREAS> / Amazônia /

## BIBLIOGRAFIA

1. Caprile, René. "A Guerra das Águas"; *Jornal do Brasil*; Idéias/Ensaio. 22/3/92; Rio de Janeiro, RJ.
2. Carreteiro, Ronald P. *A Navegação na Amazônia*; Editora Calderaro, 1987.
3. Clube Naval. "Simpósio Amazônia Brasileira". *Revista do Clube Naval*. Ano 109, nº 309. Rio de Janeiro, RJ.
4. Gama e Silva, Roberto. "Os Recursos Naturais do Brasil". *Questões Importantes Referentes ao Mar*. São Paulo, SP. Sociedade dos Amigos da Marinha, SOAMAR. Coordenadora: Georgette Nacarato Nazo, 1996.
5. Guaraciaba, Mirian. "As Áreas Indígenas em todo o Brasil". *Jornal O Globo*. O País, pg. 3, 17/10/93, Rio de Janeiro, RJ.
6. Vidigal, Armando A. "Apontamentos Sobre Estratégia Naval (II)", *Revista Marítima Brasileira*. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, v. 119, nº 10/12, out/dez 1999.